

**CONCURSO DE PROVAS PÚBLICAS PARA ATRIBUIÇÃO DO TÍTULO DE
NOTÁRIO
01/07/2017**

«Grelha» de correção da prova Direito Notarial e Público

A) Direito Notarial

I

(4 valores)

1. (1,5 valores)

O Notário deveria aconselhar os interessados a incluir na escritura pública a cessão de quotas, renúncia à gerência e nomeação de novo(s) gerente(s) e alteração de pacto social.

Na escritura pública deverá ainda constar a deliberação dos sócios de prestação de consentimento pela sociedade (art. 228.º n.º 2 do CSC) e a renúncia dos sócios ao direito de preferência.

2. (2 valores)

Documentos arquivados:

- dado que a sociedade possui bens imóveis, e pela aquisição de quotas o novo sócio fica a dispor de, pelo menos, 75 % do capital social, liquidação do IMT e respetivo comprovativo de cobrança – arts. 2.º, n.º 2 al. d), 19.º, 36.º, 37.º, 49.º CIMT;
- certidão do registo comercial da sociedade (art. 49.º CNot);
- (no momento da realização do registo de cessão de quotas) como é cessão da maioria do capital social a novo sócio, declaração comprovativa da situação contributiva da empresa perante a Segurança Social – art. 209.º, n.º 1, da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro.

Documentos exibidos:

- Documentos de identificação dos outorgantes (art. 48.º, n.º 1 CNot)
- Pacto social da sociedade.

3. (0,5 valor)

O Notário tem que advertir da obrigatoriedade do registo comercial no prazo de dois meses a contar da outorga da escritura pública – art. 47º, n.º 1, al. b) do CNot. e 15º, n.º 2, do CRCom.

E deverá advertir ainda o novo sócio de que a unipessoalidade apenas pode ser mantida durante um ano, sob pena de ser requerida a dissolução da sociedade – 270º-A n.º 2, 270º-D n.º 4 e 142º, n.º 1, al. a) do CSC.

II

(5 valores)

a) (2 valores)

Tem que participar na escritura Filipe como doador, com consentimento da sua esposa Guilhermina, porque apesar de ser bem próprio seu, por lhe ter sido doado com a cláusula de incomunicabilidade [art. 1733º, n.º 1, al. a) do CC], é sempre necessário o seu consentimento, dado estar casado em regime de comunhão – 1682º-A, n.º 1, al. a) do CC.

Hugo como donatário, não sendo necessário o consentimento do seu cônjuge, porque para adquirir não é necessário consentimento – cfr. 1682º-A, n.º 1, al. a) do CC.

Não é preciso o consentimento do outro filho do doador, João, pois não se trata de compra e venda – cfr. 877º do CC.

b) (3 valores)

Dado que o doador pretende avantajear o donatário (Hugo) face ao outro seu filho (João), deverá dispensar a doação de colação, devendo a mesma ser feita por conta da quota disponível – arts. 2113º e 2114º do CC.

Como pretende acautelar a utilização do imóvel, deverá reservar para si o usufruto vitalício – art. 958º, 1439º e 1443º do CC.

Pretendendo ainda que, em caso de divórcio ou pré-morte do seu filho, a sua nora nada receba, deverá estabelecer a cláusula de reversão prevista no art. 960º do CC, no caso de o doador sobreviver ao donatário (tendo este ou não descendentes).

III

(1 valor)

Os herdeiros devem solicitar ao Notário do Cartório onde foi lavrado o testamento que proceda ao averbamento do óbito do testador, para que o testamento se torne de acesso público – art. 131.º, n.º 1, al. a) do CNot.

O averbamento do falecimento do testador ao testamento pode ser lavrado, a pedido de qualquer pessoa, mediante a exibição da certidão do assento de óbito do testador – art. 135.º do CNot.

Caso os herdeiros desconheçam onde foi lavrado o testamento, deverão solicitar essa informação à Conservatória dos Registos Centrais, onde se encontra um ficheiro centralizado de todos os testamentos outorgados em Portugal, com base nas comunicações feitas pelos Cartórios Notariais onde os testamentos são outorgados [arts. 207.º, n.º 1, 187.º, n.º 1, al. a) e 188.º, n.º 1, al. a) CNot)].

IV

(2 valores)

a) Concordando com a complexidade da questão, o Notário, após propiciar o devido contraditório (art. 31.º, n.º 1, do R.J.P.I. ou art. 3º, n.º 3 CPC *ex vi* 82 R.J.P.I.), deve remeter as partes para os meios processuais comuns quanto a essa questão, nos termos do disposto no art. 16º, nº 1, do R.J.P.I.;

Se entender remeter as partes para os meios processuais comuns quanto a essa questão, suspendem-se os termos do processo de inventário (suspensão da instância) até que seja proferida decisão definitiva – art. 16º, nº 1, do R.J.P.I.;

A decisão do notário de remessa das partes para os meios processuais comuns, porque implica a suspensão da instância, admite recurso imediato, a interpor para o tribunal de comarca competente (primeira instância), com efeito meramente devolutivo, nos termos do disposto nos arts. 3º, nº 7, e 76º, nº 2 (primeira parte), do R.J.P.I., e 644º, nº 2, al. c), e 647º do Código de Processo Civil;

b) Se não concordar, entendendo que a questão não reveste complexidade suficiente para despoletar a remessa para os meios processuais comuns, o notário, após propiciar o devido contraditório (art. 31.º, n.º 1, do R.J.P.I. ou art. 3º, n.º 3 CPC *ex vi* 82 R.J.P.I.), deve indeferir o requerimento de remessa das partes para os meios processuais comuns, e apreciar e decidir a questão substancial suscitada (invalidade do testamento).;

Nesta derradeira hipótese (indeferimento do requerimento de remessa das partes para os meios processuais comuns), o processo de inventário não se suspende;

A decisão do notário de indeferimento do requerimento de remessa das partes para os meios processuais comuns admite recurso imediato, a interpor para o tribunal de comarca competente (primeira instância), com efeito suspensivo, nos termos do disposto nos artigos 3º, nº 7, e 16º, nº 4 e 5, do R.J.P.I.

V

(2 valores)

a) Caso opte por deferir o requerimento de remessa das partes para os meios processuais comuns quanto a essa questão, o notário deve pura e simplesmente aguardar pela prolação da decisão judicial definitiva, embora possa pedir escusa, ao juiz do tribunal da comarca competente, nos termos do disposto nos artigos 3º, nº 7, e 82º do R.J.P.I., e 119º, nº 1, segunda parte, do Código de Processo Civil;

b) Caso opte por indeferir o requerimento de remessa das partes para os meios processuais comuns, deve declarar-se impedido para tramitar o processo de inventário, nos termos do disposto nos artigos 82º do R.J.P.I., e 115º, nº 1, al. c), do Código de Processo Civil.

B) Direito Público

(6 valores)

1. Discussão relativa aos efeitos que decorrem da declaração de caducidade de uma operação de loteamento urbano: n.º 1 do artigo 79.º

2. A declaração da caducidade tem como efeito a cessação da eficácia do ato autorizativo, devendo, por isso, ser cassado o alvará que lhe servia de título, mas não produz efeitos relativamente aos lotes para os quais já haja sido deferido pedido de licenciamento para obras de edificação ou já tenha sido apresentada comunicação prévia da realização dessas obras nem relativamente às parcelas cedidas para implantação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas que sejam indispensáveis àqueles lotes e sejam identificadas pela Câmara Municipal na

declaração prevista no n.º 5 do referido artigo 71.º; [alíneas a) e b) do n.º 7 do artigo 71.º do RJUE]

3. Na medida em que, no caso dos loteamentos urbanos, está em causa a cassação de títulos que serviram de base ao registo dos factos nele constantes, a sua cassação terá, naturalmente, efeitos registais, pelo que aquela extinção deve, nos termos da lei, ser comunicada à conservatória do registo predial para efeitos de *anotação à descrição ou de cancelamento do registo do alvará* (artigo 79.º, n.º 2).

4. Esta solução legal – de eliminação dos efeitos registais em consequência da declaração de caducidade de um ato de licenciamento – está em consonância com o regime da caducidade, o qual, ao determinar a improdutividade jurídica do ato, levaria à necessidade de destruição de todas as consequências típicas do licenciamento da operação de loteamento, que se traduzem, em primeiro lugar, no *fracionamento da propriedade* e, em segundo lugar, na *criação de lotes urbanos*, isto é, de novas unidades prediais com uma capacidade e um uso edificativos precisos (lotes urbanos). Isto corresponderia, em termos práticos e em última instância, à reposição da situação jurídica anterior – no caso, o regresso à situação cadastral anterior ao ato autorizativo do loteamento.

5. Não é isso que vem defendendo o Instituto dos Registos e do Notariado numa posição, que é adequada, que consta da deliberação proferida no âmbito do Processo RP 52/2013 STJ-CC, acompanhada de alguma jurisprudência administrativa (Acórdãos do STA de 31 de janeiro de 2008, proferido no processo 0764/07, e de 28 de novembro de 2007, proferido no processo 0766/07), segundo a qual a caducidade não apaga a divisão fundiária subjacente, não operando a reversão dos lotes (agora parcelas, mas que mantêm a mesma descrição predial) para o prédio originário nem criando situações complexas de compropriedade.

6. Operada a caducidade, deixa de ser possível, nos lotes onde não foi legalmente erigida edificação, a construção ao abrigo desse loteamento, ainda que em princípio o possa ser à luz das regras gerais aplicáveis, designadamente as previstas nos instrumentos de planeamento aplicáveis e no RJUE.

7. Referência ao disposto na alínea c) do n.º 7 do artigo 71.º do RJUE, segundo o qual, “[n]as situações previstas na alínea c) do n.º 1, a caducidade não produz efeitos, ainda, quanto à divisão ou reparcelamento fundiário resultante da operação de loteamento, mantendo-se os lotes constituídos por esta operação [em boa verdade, se se “apagam” as prescrições urbanísticas dos lotes, estes deixam de ter este estatuto, passando a ser meras parcelas que terão a capacidade edificativa que o instrumento de planeamento em vigor para a área lhe atribua], a respetiva área e localização e extinguindo-se as demais especificações relativas aos lotes, previstas na alínea e) do n.º 1 do artigo 77.º”.